



O PAPEL DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA¹ UM BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DO PROJETO GRÊMIO EM FORMA (2000-2003/2004)

Por Daniel Tojeira Cara²

Introdução: breve crítica às políticas conservadoras de segurança pública

A atual e contínua escalada da violência urbana no Brasil comprova que os remédios tradicionalmente utilizados não funcionam mais. Tem sido flagrante a ineficácia das políticas de segurança pública conservadoras. Sob a égide da repressão dos criminosos e não do uso da inteligência e do bom senso para a redução do crime, os fracassos acumulados por esse tipo de solução restrita essencialmente à ação contenciosa das agências de segurança pública e da justiça penal tem estimulado – no Brasil e no mundo – a revisão profunda das estratégias a serem adotadas para a defesa da vida.

Insistindo na lógica irrefletida do “mais do mesmo”, os secretários de segurança pública de praticamente todos os Estados da Federação têm apresentado insistentemente na imprensa números supostamente animadores: nunca as corporações policiais cresceram tanto, nunca se prendeu tanto no Brasil. Contraditoriamente, em nenhum outro momento histórico a população urbana brasileira se sentiu tão insegura, com os índices criminais subindo dia após dia³. Obviamente, não se quer questionar aqui a importância e a essencialidade do uso eficaz do monopólio da violência por parte do Estado brasileiro, o que inclui obrigatoriamente a utilização de práticas repressivas quando necessário. Mas, fundamentalmente, o que se quer é insistir no fato de que a superação da violência nos grandes centros urbanos do país depende primordialmente da combinação do emprego adequado do bom senso nas ações repressivas⁴ com amplas ações de caráter preventivo. Prioritárias, estas últimas devem se configurar como

¹ Trabalho apresentado no Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas, realizado em Brasília nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2004.

² Mestrando em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), coordenador da Área de Juventude e do Projeto Grêmio em Forma (desde 2002) do Instituto Sou da Paz (daniel@soudapaz.org).

³ No Estado de São Paulo, por exemplo, o efetivo policial cresceu 30% nos últimos dez anos e a polícia tem matado cada vez mais suspeitos (com uma média de 70 pessoas por mês). Ainda assim, os índices criminais não diminuíram.

⁴ Por “emprego adequado do bom senso nas ações repressivas” entende-se que elas devem estar referenciadas no respeito aos valores da democracia, da justiça social e dos Direitos Humanos.

políticas públicas de segurança⁵ em sentido mais amplo, preocupadas não apenas em defender a vida, mas antes em promovê-la.

Desenvolvido como mais uma tentativa de tornar a prevenção o principal ponto da agenda de segurança pública nacional, o Projeto Grêmio em Forma aposta na prática política associativa como ferramenta para a construção de redes de capital social⁶ capazes de fomentar a construção de bases coletivas para a superação da violência. Para tanto, busca estimular a partir do ambiente escolar, a formação de uma cultura cívica, essencialmente democrática, emergida a partir da experiência pedagógica decorrente da participação cidadã dos alunos nos grêmios estudantis.

Como a missão do Projeto Grêmio em Forma é inspirar a construção de políticas públicas de segurança pautadas pela promoção da vida e da cidadania, o objetivo deste artigo é apresentar seus pressupostos e um relato crítico de suas experiências, narrando as estratégias utilizadas no decorrer de sua trajetória.

1. Pressupostos e desafios do Projeto Grêmio em Forma

A criação do Projeto Grêmio em Forma remonta a 1999, quando o Ministério da Justiça levantou experiências bem sucedidas na redução da violência no ambiente escolar e constatou que a participação dos alunos é fundamental nesse processo. Segundo os dados levantados, os estudantes organizados, aprendem a reconhecer os conflitos existentes na escola e a resolvê-los de forma democrática e, conseqüentemente, pacífica.

Tendo em vista este diagnóstico, a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos⁷, no âmbito do Programa Nacional Paz nas Escolas, procurou o Instituto Sou da Paz para, em parceria, desenvolver um projeto que estimulasse a participação dos jovens na elaboração, organização e execução de projetos e propostas de intervenção na escola e na comunidade.

⁵ É proposital a diferenciação entre políticas de segurança e políticas públicas de segurança. Muitos defenderiam a indiferenciação destes termos. No caso específico deste artigo é interessante diferenciá-los pois tomo como referência a acepção heterodoxa de políticas públicas, ou seja, políticas construídas, planejadas e/ou implementadas com a participação de inúmeros atores sociais, entre eles as agências estatais. Por sua vez, as políticas de segurança são primordialmente estatais, cabendo sua execução *essencialmente* ao Estado, muito embora sua construção e planejamento possam ser realizados em parceria com outros atores sociais, o que é positivo. Vale ressaltar: as políticas públicas de segurança não são melhores ou mais eficientes que as políticas de segurança, ambas são partes distintas de objetivos comuns, como lados da mesma moeda.

⁶ Aqui este conceito é tomado a partir da referência de conceitualização elaborada por Robert D. Putnam para quem capital social é a capacidade de determinada coletividade em desenvolver estratégias de cooperação, de formar redes diversas, de resolver conflitos de forma democrática, de adotar relações sociais pautadas na confiança, na reciprocidade. Em uma interpretação desvinculada da teoria de Putnam, acredito que as comunidades podem ter ou não capital social, a depender da natureza dos laços entre as pessoas e da capacidade organizativa existente, sendo possível o estímulo à formação de capital social.

Foi elaborado a partir desta demanda o Projeto Grêmio em Forma, com o intuito inicial de criar e fortalecer os grêmios livres estudantis como canais privilegiados de participação dos estudantes no ambiente escolar.

Naturalmente, como um fruto inesperado mas inconscientemente desejado da própria experiência de trabalho, os objetivos do Projeto Grêmio em Forma foram sendo ao longo do tempo ampliados. Se em um primeiro momento a idéia era trabalhar os grêmios livres estudantis como ferramentas de prevenção e combate à violência escolar, no decorrer de sua trajetória o projeto agregou diversos elementos e valores, podendo ser encarado atualmente como uma experiência referencial para a construção de uma política pública de segurança razoavelmente ampla, de abrangência comunitária.

Fundamentalmente, a base propulsora dessa potencialidade é o *locus* do Projeto Grêmio em Forma: a escola. Inicialmente, a idéia de trabalhar com formação de grêmios em escolas públicas tinha como objetivo exclusivo a prevenção e o combate dos três tipos de violência verificados no ambiente escolar: as violências simbólica, física e moral⁸. Tão logo foram sendo colhidos os primeiros resultados, percebeu-se que a experiência proporcionada pelo projeto contemplava a possibilidade mais ampla de se atuar também no enfrentamento do problema da violência verificado na região trabalhada, pois permitia aos jovens – vítimas e autores mais comuns da violência – a visualização de alternativas para a resolução pacífica dos conflitos inerentes ao período da adolescência e juventude. Isso só é possível pelo fato de que as unidades escolares concentram a quase totalidade dos contingentes juvenis, além de serem, quase sempre, um dos únicos equipamentos públicos encontrados nas regiões periféricas, tornando-se o espaço privilegiado de resistência, renovação das esperanças e, conseqüentemente, de luta pela ampliação e efetivação do *direito a ter direitos*⁹.

⁷ Redefinida no Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva como Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República e não mais ao Ministério da Justiça, como era no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁸ Por violência simbólica entende-se àquela praticada pelo abuso de autoridade por parte da Instituição Escolar ou de algum de seus representantes (especialistas ou docentes) no sentido de oprimir – geralmente em nome da ordem – as possibilidades do restante da comunidade constituinte da escola em proferir suas opiniões e desejos. Violência moral é aquela praticada no ato de agredir outro integrante da comunidade escolar em seu âmbito pessoal, atacando a integridade e a identidade individual da outra pessoa em questão. Já a violência física – muitas vezes uma decorrência das duas anteriores – é dada pela agressão ao corpo de uma pessoa ou grupo, ou na depredação do patrimônio da unidade escolar, ou ainda, causando prejuízo material a bens de qualquer um dos membros comunitários. Pontualmente, vale dizer que no curto e médio prazo o grêmio atua de forma mais eficaz nas duas primeiras modalidades de violência supracitadas. Afinal, ele promove a cultura democrática e cidadã e, assim, incentiva a prática do diálogo e da negociação. Por sua vez, a violência física é enfrentada normalmente pela atuação do grêmio mais no longo prazo, tanto como fruto de ações diretas de pacificação, ou como resultado obtido pela resolução pacífica dos problemas gerados pelos outros tipos de violência.

⁹ Feliz frase de Hannah Arendt em seu célebre livro “As origens do totalitarismo”. Cf. Arendt, Hannah. *As origens do totalitarismo: anti - semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Sendo a escola o espaço aglutinador da juventude, é ela em si o espaço central e privilegiado para a formação de lideranças e promoção de cultura cívica. Emerge daí a importância do processo de formação e consolidação dos grêmios estudantis. Por definição socialmente comungada e legalmente reconhecida¹⁰, o grêmio é o espaço de representação dos alunos na escola, configurando-se como instrumento destes para a materialização de seus desejos e expressão de suas reivindicações. Serve, portanto, como arena de articulação das relações dos alunos entre si, com os especialistas, professores, funcionários e pais. É precisamente no bojo do exercício de articulação dessas relações que os grêmios iniciam o seu papel político, transformando as queixas generalizadas e caóticas dos estudantes em problemas e, posteriormente, estes em propostas de ação.

A experiência democrática inerente ao processo de formação e consolidação dos grêmios é também um importante processo pedagógico, afinal os alunos vivenciam no período de eleição a construção de uma chapa, constroem coletivamente planos de governo pautados nos anseios deles próprios e dos demais estudantes, participam do pleito eleitoral e, posteriormente, gerenciam o grêmio ou, caso não sejam os vencedores ou sejam alunos que não participaram da disputa eleitoral, colaboram com os gremistas cobrando-os ou construindo com eles a gestão estudantil.

Claramente, as vantagens extraídas de uma experiência democrática representativa na escola são muitas, ainda mais se os frutos a serem colhidos forem considerados também no longo prazo. Em primeiro lugar porque os jovens logo no momento em que começam a consolidar sua identidade como cidadãos, iniciam sua vida política como sujeitos de um processo coletivo de escolha e tomada de decisão, sendo que em alguns casos ainda tem a incumbência de gerir uma associação representativa. Em segundo lugar, a participação no grêmio estudantil é um intenso processo pedagógico de negociação, questionamento e empreendedorismo, elementos centrais no amadurecimento individual e profissional dos estudantes, queiram eles optar pela carreira pública ou não.

Um outro aspecto importante é o fato da participação no grêmio incitar os jovens a exercerem e dominarem atividades formais, geralmente administrativas e notadamente imprescindíveis ao encaminhamento bem sucedido de seus projetos de vida. Elaborar o estatuto e o regimento interno, fazer as atas das reuniões, controlar e preencher o livro caixa, responder cartas, buscar parceiros e financiadores, escrever jornais, convocar e organizar

¹⁰ Na forma das seguintes leis: Lei Federal Nº 7.398 de 4 novembro de 1985, Lei Federal Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA), Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), Lei Estadual Complementar ao Estatuto do Magistério Paulista Nº 444 de 27 de dezembro de 1985.

assembléias, fazer balanços, negociar com a direção da escola, escrever e viabilizar projetos e empreendimentos diversos, debater publicamente, desenvolve inúmeros conhecimentos e capacidades essenciais na vida tanto juvenil como adulta, permitindo ao estudante um desenho plausível de um futuro desejado e exequível, em que o sonho está pautado em uma sólida análise da realidade a qual ele terá que enfrentar.

Como o grêmio estudantil é uma instituição política, representativa e democrática dentro da escola, sua atuação tende a tornar a unidade escolar um espaço público amplo e difusor de politização, inclusive à comunidade do entorno. Isso ocorre porque a ação política por definição é preeminente e a partir do momento em que ela é disparada, logo uma outra a sucede, criando um caminho sem volta de onde emergem conflitos, propostas, discursos, mas essencialmente negociação e experiência coletiva.

Como uma ação política gera outra necessariamente, no momento em que os jovens optam pela participação nos grêmios naturalmente iniciam suas atividades reivindicando por melhorias no espaço físico da escola, mas com o decorrer do tempo, logo passam a discutir temas de grande abrangência pública como projeto político pedagógico, programas de cultura e lazer às juventudes presentes na unidade escolar, políticas de emprego, política educacional (com especial atenção ao acesso à universidade), violência, entre outros. Depois de acesa e alimentada, a chama da participação domina o espírito dos estudantes e os encoraja ao exercício da cidadania. Com o tempo eles ocupam todas as instituições da escola (Conselho Escolar e Associação de Pais e Mestres), chegando muitas vezes a liderá-las, além de atuar em outras organizações externas ao ambiente escolar, superando em alguns casos as fronteiras comunitárias.

Infelizmente, não são todos os grêmios que alcançam plenamente esses resultados. Em parte isso ocorre pelos próprios limites da cidadania e da cultura cívica democrática no Brasil, especialmente em uma sociedade de massas periférica e desigual como a paulistana: no enfrentamento das necessidades cotidianas nem sempre os jovens podem ou querem participar. Por outro lado, não há mais o reconhecimento da escola como uma instituição pública de qualidade, detentora de sentido estratégico para o futuro do país: em crise, a escola perdeu seu sentido na construção do projeto de vida para os jovens. Em outro plano, mas não menos importante, o autoritarismo no modo de gerir a escola por parte dos especialistas e professores inibe a participação dos alunos. Ainda, sob outro aspecto, olhando de fora para dentro da escola, há um baixo sentido de pertencimento da unidade escolar como espaço comunitário e público, em outras palavras, a escola não é “o” lugar da comunidade, muito menos um lugar da comunidade.

Mas, não obstante, mesmo enfrentando uma crise de identidade e significado sem precedentes, a escola permanece como um *locus* privilegiado de ação, podendo ser um lugar interessante para a realização de políticas públicas de segurança ambiciosas, como aquelas que o Projeto Grêmio em Forma pretende inspirar. Lembrando Bertolt Brecht para quem “de nada serve partir das coisas boas de sempre, mas sim das coisas novas e ruins”, mesmo sendo a escola algo nada novo, trabalhar em seu território, aproveitar as suas potencialidades e superar seus obstáculos, a torna um espaço propício para o semear de perspectivas e colheita de soluções, ao invés de um lugar de crônico alicerçado em problemas de ordem diversa.

Paralelamente, o investimento na formação e consolidação de grêmios estudantis é uma estratégia interessante com vantagens em diversos planos: em um plano local promover a cidadania nos termos propostos pelo Projeto Grêmio em Forma é interessante para a constituição de laços comunitários enredados em bases de confiança e solidariedade. Em um plano social mais amplo, a atuação dos grêmios é um importante elemento para o enfrentamento da perversa constatação majoritária no pensamento político brasileiro e na opinião pública do país de que no Brasil vigora uma incipiente (para não dizer mínima, irrisória) cultura cívica democrática.

Concluindo: a questão reside então em como trabalhar dentro da escola e como formar e consolidar os grêmios estudantis. Dito de outra forma, quais estratégias devem ser utilizadas para que a escola retome seu sentido excelso e os grêmios estimulem o capital social por meio de seu espírito associativo.

2. A trajetória do Projeto Grêmio em Forma

Inicialmente preocupado especificamente com a redução da violência escolar – objetivo ao qual não se eximiu – o Projeto Grêmio em Forma iniciou seu trabalho formando um grupo de especialistas (pedagogos, jovens ativistas, estudantes, professores, diretores e representantes da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo), com o intuito de desenvolver metodologias para a formação e fortalecimento de grêmios estudantis comprometidos com a construção de um dia-a-dia mais participativo, democrático e saudável na escola. O fruto das reflexões desse grupo materializou-se na publicação “Caderno Grêmio em Forma”, um guia facilitador para a formação de grêmios identificados com as aspirações expostas acima, tendo como públicos-alvo educadores e jovens.

Disseminado o “Caderno Grêmio em Forma”, surgiu a necessidade de se trabalhar a formação *in loco* de grêmios estudantis objetivando construir um arcabouço de estratégias que colaborassem com a pacificação do ambiente escolar. O critério de escolha da região a ser

trabalhada teve como referência os parâmetros do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), ao qual o Instituto Sou da Paz era forte entusiasta. Segundo os ditames do PNSP os projetos de intervenção social deveriam priorizar sua execução em bolsões de violência, onde a integração de ações tais como atuação policial, promoção da cidadania e desenvolvimento urbano facilitariam a superação da realidade extremamente violenta. Incisivamente, dentre outras prioridades, o plano também versava a importância de se trabalhar a juventude, por ser ela a protagonista social do fenômeno da violência.

Para iniciar o trabalho nas escolas foi concebido e elaborado então um projeto piloto fundamentado em uma metodologia de intervenção constituída por oficinas preocupadas em garantir um processo de formação de grêmios estudantis orientado exclusivamente para a formação de jovens cidadãos críticos.

Três escolas públicas do Extremo Sul de São Paulo¹¹ receberam a ação piloto. Elas foram selecionadas pelo critério de fazerem parte de outros projetos da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e demonstrarem interesse em também receber o Projeto Grêmio em Forma. Os resultados alcançados por esta intervenção são diversos. A avaliação da experiência mostrou que a possibilidade de se criar espaços de diálogo e troca dentro das escolas leva os alunos e o corpo técnico a refletirem sobre o ambiente escolar e os sensibiliza para ações coletivas voltadas para a melhoria da própria escola.

Quadro 1. Lista de resultados provenientes da intervenção piloto do Projeto Grêmio em Forma em Escolas Públicas.

Resultados
??Melhoria na relação dos gremistas com os professores e com a direção da escola
??Melhoria da desenvoltura dos gremistas para falar em público
??Criação de relações de amizade e respeito entre os gremistas e outros membros da escola
??Descoberta de objetivos comuns entre os gremistas

Findo o primeiro ciclo do projeto (2000 e 2001, com a publicação do Caderno Grêmio em Forma e a execução piloto), uma nova etapa de trabalho foi idealizada para 2002: ampliação do escopo de escolas (de 3 para 18), construção decidida de uma metodologia para a formação de grêmios e início de entendimento do projeto como referência de política pública de segurança.

A formulação dessas alterações foi coordenada por uma nova equipe de trabalho, formada por 8 profissionais (coordenador, assistente e 6 educadores populares), todos jovens,

¹¹ Região composta pelos distritos do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luis, maior bolsão de violência da metrópole de São Paulo e considerada a região mais vulnerabilizada nos aspectos socioeconômicos e civis.

com experiência acumulada em mobilização social e articulação comunitária. O perfil desses profissionais foi importante para facilitar um novo plano de execução das atividades nas escolas, mais voltado para a valorização da política como ferramenta para a resolução pacífica dos conflitos existentes no ambiente escolar, promovendo assim o capital social.

Nesse sentido, os conceitos teóricos norteadores do projeto são os formulados pela teoria política republicana, especialmente por Hannah Arendt, para quem a razão de ser da política é a liberdade¹² (não a individual, mas a cidadã), sendo a ação e o discurso as suas ferramentas e os seus domínios de experiência. Correspondentemente, o conceito de poder da autora não é coercitivo, conflituoso ou excludente, ao contrário, ele remete a um âmbito associativo e comunitário fortemente identificado com o entendimento aqui exposto de grêmio estudantil, pois “corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas de agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo permanece unido”¹³.

Marcadamente, toda a formação dos grêmios e, obviamente, das lideranças, empreendida pelo projeto estão alicerçadas nestes conceitos. Para o Projeto Grêmio em Forma, os grêmios estudantis são espaços públicos abertos aos alunos para expressão das suas palavras e ações, com importante papel democratizador do ambiente escolar. Necessariamente, portanto, o perfil das lideranças que se deseja formar é diametralmente oposto aos tradicionais dirigentes centralizadores. Ao contrário, o desejo é estimular o surgimento de líderes comprometidos em desenvolver a capacidade da escola e da comunidade em firmar coletivamente laços e práticas cotidianas de cooperação, formando redes de trabalho solidário, resolvendo democraticamente seus conflitos. O que se quer no processo pedagógico de formação é estimular a construção de confiança e de reciprocidade.

Como desafio ao exercício de execução de um plano de trabalho orientado por esses valores, a equipe do projeto precisava superar os processos de naturalização e neutralização da vida¹⁴ presentes na região e que também acometiam e acometem os estudantes de modo geral.

¹² Cf. Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p. 192.

¹³ Cf. Arendt, Hannah. *Crises da República*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973. p. 123.

¹⁴ Baseado nos parâmetros de Kowarick, é possível afirmar que essas são as duas matrizes articuladas de controle e acomodação social que estruturam o *processo de destituição de direitos*. A naturalização é a “prostração” e a “desreponsabilização” dos moradores da região em relação a sua situação de vulnerabilidade e resulta em uma apática e inerte adaptação ao meio e a precariedade das condições de vida; não há reação, contestação, muito menos senso crítico; quando muito há abnegação, clemência ou fé, especialmente na crença esperançosa de receber um dia uma dádiva representando a virada do jogo, ou melhor, a vitória da sorte sobre o azar, mudando assim os tristes desígnios da vida.

A naturalização alia-se a neutralização. Esta última define a condição dos moradores como pobres e periféricos, dando contornos de desorganização e imoralidade à periferia, numa dinâmica estigmatizante e preconceituosa,

Para corresponder com os valores norteadores do projeto e superar os desafios postos, um novo processo de formação de grêmios foi desenvolvido, determinado a criar um fio lógico em que o jovem pudesse receber um arcabouço teórico principiológico que referenciaria suas práticas no exercício de sua liderança. As atividades nas escolas foram ampliadas (ver Quadro 2), e o tempo de execução otimizado (de três meses em 2001 para um período de quatro a seis meses a partir de 2002).

Quadro 2. Comparativo das Atividades do Projeto Grêmio em Forma nas escolas – 2001 e 2002/2003.

Qtd.	Atividade	
	2001	2002/2003
1.	Oficina 1: Apresentação da proposta	Apresentação do projeto para os diretores da escola
2.	Oficina 2: Direitos humanos	Apresentação do projeto para os professores da escola*
3.	Oficina 3: Cidadania e Participação	Apresentação do projeto para os demais profissionais da escola*
4.	Oficina 4: Grêmio Estudantil	Convocatória dos alunos – visita a todas as salas de aula apresentando o projeto
5.	Palestra com ex-gremista	Inscrição no Projeto – inscrição dos alunos selecionados
6.	Oficina 5: Mobilização	Seleção dos alunos inscritos
7.	Avaliação do projeto com os alunos	Oficina 1: Apresentação da proposta de trabalho
8.		Oficina 2: Direitos Humanos
9.		Oficina 3: Cidadania e Participação
10.		Oficina 4: Conceitos de democracia
11.		Oficina 5: Democracia na escola I: a importância e o papel do grêmio estudantil
12.		Oficina 6: Democracia na escola II: a importância e o papel do grêmio estudantil*
13.		Palestra com ex-gremista
14.		Oficina 7: Estratégias de mobilização
15.		Oficina 8: Estratégias de comunicação*
16.		Oficina 9: Mecanismos institucionais
17.		Assessoria à assembléia de formação do Grêmio (2 semanas de assessoria)
18.		Assessoria à eleição (2 semanas de assessoria)
19.		Oficina 10: Plano de ação I – Elaboração de Projetos (com ênfase na chapa eleita)
20.		Oficina 11: Plano de ação II – Implementação de Projetos (com ênfase na chapa eleita)*
21.		Avaliação do projeto com os alunos

* Atividades incluídas em 2003.

Visando garantir a realização do trabalho, foram firmadas parcerias estratégicas entre o Projeto Grêmio em Forma e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, cabendo a ela colaborar na seleção das escolas participantes e, também, afiançar o apoio ao Projeto Grêmio em Forma por parte da Diretoria de Ensino Sul 2¹⁵.

traduzindo as relações sociais entre os moradores do centro e das regiões periféricas, muitas vezes, na vulgar expressão popular do “cada macaco no seu galho”. Cf. Kowarick, Lúcio. “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”, *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 63, jul. 2002, p. 26.

¹⁵ Antigas Delegacias, as Diretorias de Ensino são os organismos responsáveis pela supervisão da administração escolar em determinadas regiões. No Extremo Sul de São Paulo, a Diretoria de Ensino responsável pelas escolas é a Sul 2.

Formada a nova equipe, planejada a execução e firmada a parceria, seguiu-se à seleção das escolas participantes do projeto. Em primeiro lugar foi decidido que as escolas presentes na experiência piloto passariam por nova intervenção. Além destas, outras foram selecionadas em um processo longo de triagem. A primeira ação foi a realização de uma reunião envolvendo diretoras e diretores de escolas públicas estaduais com ensino médio do Extremo Sul de São Paulo. Num total de 53 diretores e diretoras presentes, 34 (aproximadamente 64,15%) expressaram interesse em receber o projeto¹⁶.

Elencadas estas 34 escolas, uma série de visitas exploratórias foram realizadas às mesmas e aos seus respectivos bairros. Em cada visita se observava (i) a vontade e as condições da comunidade escolar e do entorno em receber o projeto e (ii) o conceito dado pela Ronda Escolar referente à quantidade e ao tipo de ocorrências registradas nas escolas da região. Nesse sentido, foram realizadas duas classificações a fim de não subjetivar a escolha das escolas. A primeira agrupou-as em “mais expostas à violência”, “medianamente expostas” e “menos expostas”, utilizando como base primordial a classificação da Polícia Militar. A segunda classificou em “muito abertas”, “intermediárias”, “pouco abertas” e “fechadas”. Aquelas consideradas “fechadas” ao projeto foram instantaneamente eliminadas. Sobraram 28 escolas, das quais, contando com o apoio dos supervisores da Diretoria de Ensino Sul 2, 18 foram escolhidas na medida que todos os perfis fossem contemplados de maneira equânime, conforme apresenta o Quadro 3.

A proporcionalidade dos perfis é um importante elemento metodológico no sentido do projeto servir como inspiração a políticas públicas de segurança, porque facilita a identificação de possíveis padrões de resultados da intervenção relacionados às classificações. Por exemplo: hoje é possível dizer que escolas com “alto grau de exposição à violência” e “alto grau de abertura ao projeto” tendem a apresentar melhores resultados de intervenção do que escolas pouco expostas, mas menos abertas à proposta do Projeto.

¹⁶ Em geral, os projetos executados em escolas públicas somente obtêm resultados quando recebem o apoio explícito da diretoria da mesma. Caso contrário, o projeto fica isolado em seu microcosmo de trabalho, distante da comunidade escolar.

Quadro 3. Perfil classificatório das escolas participantes do Projeto Grêmio em Forma em 2002.

Escola número*	Localização (Distrito)	Classificação 1 (Grau de Exposição à Violência)	Classificação 2 (Grau de Abertura ao Projeto)
Escola 1	Jardim Ângela	Alto	Alto
Escola 2	Jardim Ângela	Alto	Alto
Escola 3	Jardim Ângela	Alto	Baixo
Escola 4	Capão Redondo	Alto	Baixo
Escola 5	Jardim Ângela	Alto	Intermediário
Escola 6	Jardim Ângela	Alto	Intermediário
Escola 7	Capão Redondo	Baixo	Alto
Escola 8	Jardim São Luiz	Baixo	Alto
Escola 9	Jardim Ângela	Baixo	Baixo
Escola 10	Jardim Ângela	Baixo	Baixo
Escola 11	Capão Redondo	Baixo	Intermediário
Escola 12	Jardim São Luiz	Baixo	Intermediário
Escola 13	Jardim Ângela	Intermediário	Alto
Escola 14	Capão Redondo	Intermediário	Alto
Escola 15	Capão Redondo	Intermediário	Baixo
Escola 16	Jardim Ângela	Intermediário	Baixo
Escola 17	Capão Redondo	Intermediário	Intermediário
Escola 18	Jardim Ângela	Intermediário	Intermediário

* Por compromisso firmado junto aos Supervisores da Diretoria de Ensino Sul 2, os nomes das escolas não podem ser publicados.

O trabalho no segundo ciclo (2002) foi dividido em seis escolas trabalhadas no primeiro semestre e doze no segundo. Como resultados, especificamente do primeiro semestre¹⁷, conforme o relatório de avaliação do Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social¹⁸, os alunos que participaram do projeto atribuíram maior importância à escola (87,5%) do que atribuíam antes de participar. Além disso, 84% dos alunos demonstram uma alta capacidade de percepção da depredação e da violência no ambiente escolar e aumentou em 20% a importância dada pelos estudantes em relação à necessidade de se dialogar para resolver os conflitos. A auto-estima¹⁹ dos participantes do projeto também aumentou, sendo que 78,6% dos alunos que participaram afirmaram estar mais preparados para encarar desafios e realizar antigos sonhos e 71,4% demonstraram ter alta alteridade²⁰, contra 50% anteriores à realização do Projeto Grêmio em Forma nas escolas.

¹⁷ Por critérios metodológicos, apenas após algum tempo finalizada a intervenção é que se pode realizar uma avaliação criteriosa.

¹⁸ O Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social é uma organização sem fins lucrativos que atua em processos de desenvolvimento de pessoas, iniciativas sociais e de comunidades. Cf. www.fonte.org.br

¹⁹ Percepção da possibilidade de atuação e renovação da capacidade de sonhar.

²⁰ Saber lidar com idéias contrárias, respeito às minorias e estabelecer contatos com novos atores.

A experiência de 2002 concedeu à equipe muitos aprendizados. Os grêmios estudantis formados em 2002 não se mostraram plenamente institucionalizados no final do ano. Principalmente, eles não eram reconhecidos pelos outros atores do ambiente escolar (diretores e técnicos, professores, funcionários, pais e policiais) como uma entidade legítima e autônoma, possuidora de necessidades específicas e projetos próprios, demandados pelos alunos.

Para resolver este problema novas estratégias foram lançadas. As oficinas empreendidas em 2002 foram ampliadas e revistas (ver os asteriscos do Quadro 2). Concomitantemente, ao invés de investir apenas em uma metodologia universal de trabalho (tais como as oficinas executadas em 2002), cada grêmio foi assessorado pela equipe do projeto por meio de um levantamento conjunto de nós-críticos de gestão. Elencados os desafios, foram elaboradas e executadas ações específicas para superação dos mesmos, sendo que em alguns casos os gremistas puderam contar com o apoio ou parceria de outros atores da comunidade escolar. Dessa forma, uma nova metodologia foi desenhada, esta complementar ao processo de formação de grêmios estudantis e orientada ao estabelecimento de parcerias para a melhoria da escola.

A formulação e execução dessa nova metodologia exigiram mais uma ampliação da equipe de trabalho, ampliada de 8 profissionais em 2002 para 12 profissionais em 2003 (coordenador, assistente executivo, 2 assistentes de campo e 8 educadores populares). Ao mesmo tempo, a assessoria aos grêmios obrigou a equipe a estar mais presente em cada escola, pois o objetivo especialmente em firmar parcerias entre os gremistas, os especialistas e professores demandava muito trabalho e cuidado principalmente no sentido de mudar a cultura autoritária presente na comunidade escolar e promover a construção de confiança.

Concomitantemente, decidiu-se ampliar o raio de ação do projeto e três novas escolas foram incluídas no esforço de execução, cumprindo com os critérios de seleção já citados, mas dessa vez sem ter sido proposital a escolha. A vantagem de se ter novas escolas serviu para se testar a reformulação do programa das oficinas.

Outra estratégia foi a articulação realizada pela equipe do projeto para a criação de um espaço político que ajudasse a manutenção e sustentabilidade dos grêmios. A idéia foi montar um fórum com os 21 grêmios formados e assessorados pelo projeto, incentivando as trocas de experiências entre eles, a criação de uma rede de contatos com outras escolas da região, facilitando a articulação de ações conjuntas entre os grêmios, e, principalmente, criando um espaço permanente de discussão sobre violência e outras pautas da sociedade (como violência nas escolas), partindo da perspectiva e posicionamento dos próprios estudantes. Enfim, com o

Fórum de Grêmios Estudantis da Zona Sul (FO.GR.E.Z.S.), um novo espaço político surgiu, este capaz de estimular a continuidade da atuação dos grêmios independentes da assessoria da equipe do projeto.

Além do Fórum, a participação na Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a realização da I Copa Intergrêmios de Futsal pela União das Escolas da Zona Sul ajudaram os grêmios em sua consolidação como instituição política escolar e comunitária.

Completando o quadro de servir como base para a construção de políticas públicas de segurança, um primeiro material será em breve publicado²¹ apresentando e problematizando com cuidado as metodologias de oficinas criadas pelo projeto desde o início de sua trajetória. O intuito de tal material, como não poderia deixar de ser, é atingir o mais importante objetivo do Projeto Grêmio em Forma: colaborar para a construção de políticas públicas de segurança a partir da prevenção da violência e pacificação do ambiente escolar, utilizando a prática política incentivada pela existência e trabalho dos grêmios estudantis como estratégia.

Por fim, é planejado um quarto ciclo do projeto que avaliará todo o trabalho realizado e as lições aprendidas em todas as suas etapas, percalços e conquistas. Também é desejado expandir a área do projeto para mais duas regiões, testando suas possibilidades de ser tornar uma política pública de segurança adaptável a outras realidades. Com essa preocupação também serão formados multiplicadores para reeditar o projeto em outras localidades, colocando em prova sua potencialidade de ganho de escala.

Essas iniciativas todas visam materializar a experiência ao longo do tempo de execução do Projeto Grêmio em Forma na busca pela criação de uma tecnologia social de prevenção da violência capaz de ser multiplicada e reeditada de forma sustentável nos mais diversos lugares do país, sempre tendo como referência a certeza de que o desafio da nação brasileira não é desenvolver unicamente o seu Estado e sim a sua própria sociedade.

²¹ A previsão de lançamento é meados de maio de 2004.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

_____. *Crises da República*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981

KOWARICK, Lúcio. “Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 63, jul. 2002, pp. 9-30.

LAVALLE, Adrián Gurza. “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”. *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, 1999, pp. 121-135.

PAOLI, Maria Célia. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: Santos, Boaventura de Souza (org). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 375.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TELLES, Vera da Silva. “Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*. São Paulo, vol. 2(1), 1º sem. 1990, pp. 23-48